



Lei das estatais deve ser analisada hoje pelo Plenário

Proposta alternativa prevê que qualquer empresa pública seja sociedade anônima. Dívida da União, política fiscal, pacto federativo e pré-sal também estão na pauta

O primeiro item na sessão do Senado hoje é o projeto que cria a Lei Geral das Estatais. A proposta deve ser alterada para, entre outras coisas, proibir que ocupantes de cargos em partidos políticos e sindicatos sejam indicados para diretorias e conselhos administrativos nas estatais.

Os senadores podem analisar também a imposição de limites para a dívida da

União, a criação da Autoridade Fiscal Independente e a proibição de a União transferir despesas aos estados sem apresentar repasses para custeio.

Constam ainda da pauta a restrição da quantidade de cargos em comissão na administração pública, o fim da obrigatoriedade de a Petrobras participar de consórcios do pré-sal e novas regras para o regime de partilha na produção de óleo. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Conselho de Comunicação Social debate mudança nas emissoras de rádio

Migração de AM para FM exigirá de ouvinte adaptação tecnológica

No dia 25 começa a mudança de faixa das emissoras de rádio AM para FM, determinada por decreto em 2013. Convidados de debate ontem no Conselho de Comunicação Social do Congresso explicaram como será a migração, que

ocorrerá em dois lotes, até a extinção do serviço AM, e exigirá também dos ouvintes adaptações tecnológicas. Testes indicam que, no momento, o alto custo ainda impossibilita resolver os problemas de frequência com a total digitalização do rádio. **7**

Conselho quer ações para proteção de jornalistas **7**

Proposta busca alterar Lei de Inclusão para garantir direitos **5**

Comissão examina benefício para vítima de talidomida **6**

Audiência avalia situação das águas termais e minerais **4**

Equipar casa para gerar energia pode dar direito a uso do FGTS **6**

Pedro França/Agência Senado



Paim (D) divulgou ontem a agenda de trabalhos da Comissão de Direitos Humanos

Mato Grosso sedia novas discussões sobre terceirização

As audiências da Comissão de Direitos Humanos sobre o projeto que regula o trabalho terceirizado voltam a ser realizadas na quinta-feira, em Mato Grosso, e terminam em 12 de maio, com um ato de encerramento em Brasília. A proposta aprovada pelos deputados vem sendo tema de debate em todo o país desde o ano passado. **6**

Congresso apoia ação ecumênica por saneamento

O Congresso fez ontem uma sessão solene em apoio à Campanha da Fraternidade 2016, que pede mais saúde e saneamento para o país. A campanha é ecumênica, realizada pela Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil e pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. De acordo com religiosos que participaram da sessão, a falta de saneamento facilita a disseminação de doenças, como dengue e zika. **2**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Renan Calheiros (C) conduz a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem à Campanha da Fraternidade 2016

especial Cidadania

Debate receberá perguntas de cidadãos sobre Aedes e zika

Qualquer pessoa poderá enviar questionamentos aos participantes de audiência pública marcada para quinta-feira sobre as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chicungunha. Para o debate na Comissão de Agricultura, foram

convidados representantes da Embrapa, da Universidade de Brasília e dos Institutos Agrônomicos de Campinas e do Paraná. As dúvidas dos cidadãos deverão ser encaminhadas por telefone ou pela internet. Senadores pedem união de todos para evitar propagação das doenças. **8**



James Guthrie/Wikipedia

Avanço das doenças causadas pelo *Aedes aegypti* preocupa senadores

Texto que cria Dia do Policial Legislativo será debatido **4**

Senadores estudam projeto que favorece cooperativas **5**

Em solenidade, Congresso manifestou apoio à Campanha da Fraternidade 2016, sobre direito à saúde

Sessão sobre campanha da CNBB pede combate a zika

A PREOCUPAÇÃO COM a epidemia de dengue e com o risco do aumento de casos de zika e chicungunha predominou nos discursos da sessão solene do Congresso, ontem, em homenagem à Campanha da Fraternidade 2016, relacionada ao direito à saúde e ao saneamento básico, com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”.

A exemplo de anos anteriores, a campanha é ecumênica, promovida pela Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em conjunto com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

As três doenças que preocupam as autoridades que fizeram pronunciamentos na solenidade são transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, que se reproduz em água parada.

Mais de 100 milhões de pessoas carecem de serviços básicos de tratamento de esgoto e coleta de lixo no Brasil,

lembraram os convidados.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou que esses problemas facilitem a propagação de doenças. Para ele, a Campanha da Fraternidade vai ajudar a sensibilizar a população e autoridades:

— A proliferação de dengue, zika e chicungunha se deve à boa vida que temos dado ao mosquito — afirmou.

Calamidades

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que solicitaram conjuntamente a realização da sessão solene, também falaram da facilidade com que doenças se disseminam no Brasil em razão da falta de saneamento básico.

De acordo com Cristovam, o Brasil tem colocado, historicamente, a questão do saneamento em segundo plano.

— É óbvio que o Brasil teria calamidades por causa do problema do saneamento. É positivo e alvissareiro que a CNBB tenha escolhido o tema para a campanha — disse.

Jungmann acrescentou que o carência de água potável e tratamento de esgoto aflige principalmente periferias e regiões rurais, o que evidencia as desigualdades sociais do país.

— Temos o dever e o compromisso de romper com esse passado que nos leva a viver a tragédia da dengue, da zika e da chicungunha. Essas são doenças da pobreza e do descaso — avaliou.

Entre os participantes da sessão estiveram ainda o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

Igrejas: falta de saneamento básico agrava fome e doenças

O presidente da CNBB, dom Sergio da Rocha, lembrou palavras do papa Francisco. O pontífice escreveu em mensagem, por ocasião da abertura oficial da Campanha da Fraternidade 2016, que “o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário é condição necessária para a superação da injustiça social e para a erradicação da pobreza e da fome, para a superação dos altos índices de mortalidade infantil e de doenças evitáveis e para a sustentabilidade ambiental”.

Dom Sergio fez ainda um apelo para que senadores e deputados aprofundem a discussão sobre saneamento básico.

— A falta de saneamento básico destrói a casa comum, a família comum que habita essa casa, especialmente os mais pobres. A falta de saneamento básico

mata — alertou.

O presbítero da Igreja Presbiteriana Unida Daniel Gonçalves Amaral Filho, secretário do Conic, conclamou toda a sociedade a se unir pela campanha e mobilizar-se em torno de planos municipais de saneamento básico e da eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*. Ele pediu ainda consciência no uso sustentável da água e dos recursos naturais.

— O Brasil está vivenciando uma crise hídrica e do saneamento básico. É um momento urgente de tomada de consciência por parte daqueles que se preocupam com a vida no planeta — disse.

O Conic é composto pelas Igrejas Católica, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil, Sirian Ortodoxa de Antioquia e Presbiteriana Unida.

Comissão quer conhecer ações da Embrapa contra mosquito

A Comissão Senado do Futuro vota hoje, às 10h30, requerimento de audiência pública sobre as experiências da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o desenvolvimento de tecnologias de combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

O debate foi solicitado pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da comissão. Pelo requerimento, a audiência deve ser realizada

com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que já havia decidido fazer a audiência, marcada para quinta-feira, às 8h. Também devem participar representantes do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e da Universidade de Brasília (UnB).

Leia mais sobre as doenças e o debate na página 8



Maurício Brazilio/Governo do Rio de Janeiro

Audiência deve avaliar tecnologias em estudo para eliminar focos de *Aedes*

ERRAMOS

A sessão do Congresso para promulgar a emenda constitucional que reforma as instituições político-eleitorais será na quinta-feira, dia 18. A *Agenda* na página 2 de ontem informava erradamente que a sessão aconteceria ontem.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PRESIDÊNCIA Reunião com líderes

11h Renan Calheiros participa de reunião de líderes na sala de audiências. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

CCT Setor aeroespacial

9h Audiência pública discute a situação do setor aeroespacial brasileiro.

CDH Doenças negligenciadas

9h Debate interativo sobre doenças negligenciadas, com participação de representantes do Conselho Federal de Medicina, do Ministério da Saúde e do Ipea.

CMA Emagrecimento

9h30 Reunião deliberativa com 14 itens. Entre eles, projetos sobre produção e venda de remédios para emagrecer e sobre embalagem de soda cáustica líquida e água sanitária.

CAE Imposto estadual

10h Votação do relatório de avaliação dos impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos estados. Logo em seguida, reunião para votar pauta de 17 itens.

SENADO DO FUTURO Mosquito

10h30 Votação de requerimento de audiência com a CRA sobre o mosquito da dengue.

CE Salário-educação

11h30 Pauta com 25 itens. Entre eles, projetos sobre recursos do salário-educação e sobre avaliação de cursos de medicina.

CMO Prestação de contas

13h30 Reunião do Colégio de Líderes. Às 14h30, análise de relatórios de prestação de contas, de gestão fiscal e de avaliação de receitas e despesas.

PLENÁRIO Estatais

14h Entre os 8 itens na pauta, estão o projeto da Lei Geral das Estatais e o que desobriga a Petrobras de participar do pré-sal.

TRANSPARÊNCIA Governança

14h30 Análise de requerimento de audiência sobre o Referencial Básico de Governança do TCU.

MINERAÇÃO Águas minerais

14h30 Subcomissão debate o atual contexto das águas minerais e termais no Brasil.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Sessão solene do Congresso homenageou a campanha ecumênica com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”

Lei das estatais e dívida da União na pauta hoje

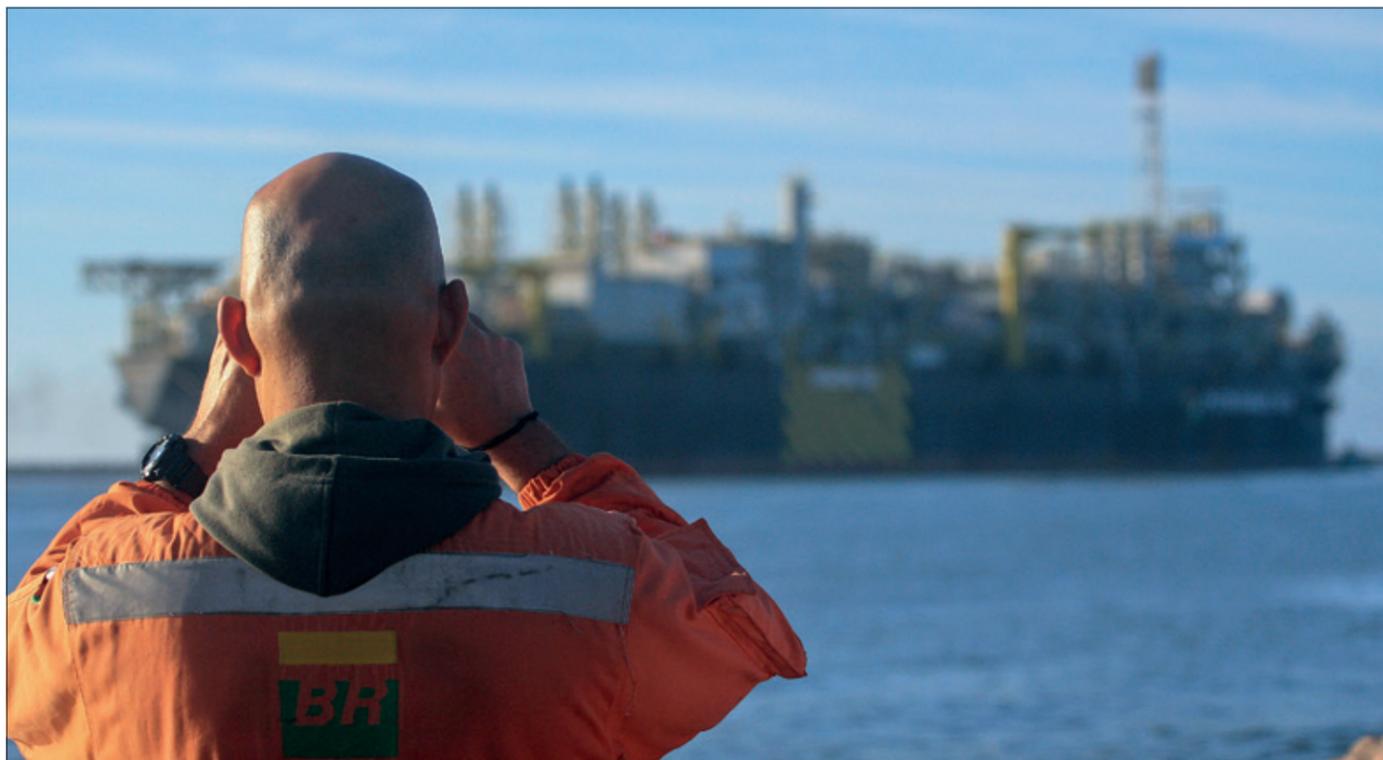
Projeto sobre responsabilidade de empresas públicas deve ser alterado. Política fiscal, pacto federativo e participação da Petrobras no pré-sal também serão debatidos

AGENDA BRASIL

A LEI GERAL das Estatais é o primeiro item da pauta da sessão deliberativa de hoje. O projeto, que tem como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), tem dividido a opinião dos senadores. A matéria teve a discussão adiada para que o tema fosse incluído em reunião de líderes e possibilitasse a apresentação de proposta alternativa.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deve propor alterações para dois dispositivos do projeto (PLS 555/2015). Um deles é o que determina que todas as estatais brasileiras sejam constituídas sob a forma de sociedade anônima. Outro questionamento é sobre a proibição imposta a pessoas que exerceram cargos em organizações partidárias e sindicais de ocuparem vagas nos conselhos de administração e nas diretorias das estatais.

Também consta da pauta do Plenário projeto de resolução sobre o limite global para o montante da dívida da União (PRS 84/2007). Do senador José Serra (PSDB-SP), o projeto estabelece limites para a dívida consolidada e para a dívida consolidada líquida. Serra observa que a proposta



Marcos Maciel/Agência Petrobras

Gestão de estatais, como a Petrobras, deve ser alterada por proposta em debate. Lei que fixa participação mínima da petrolífera no pré-sal também pode mudar

atende uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo o senador, o espírito da responsabilidade fiscal “anda perdido no Brasil” e o projeto pode servir de incentivo ao equilíbrio das contas públicas.

Controle social

Mais um projeto de resolução previsto para debate é o PRS 61/2015 que cria, no âmbito do Senado, a Autoridade

Fiscal Independente (AFI). Em discussão desde o ano passado, a ideia é aprimorar os mecanismos de controle social da política fiscal.

Com prioridade para deliberação, a proposta que proíbe a União de criar ou transferir despesas para os entes federados sem a previsão dos repasses necessários para o custeio (PEC 128/2015) também está na ordem do dia. A PEC foi uma reivindicação dos

governadores, encampada pela Agenda Brasil.

Está prevista ainda a votação em primeiro turno da PEC 110/2015, que restringe a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelece processo seletivo público.

Outros dois projetos tramitam em regime de urgência. Um deles é o PLS 131/2015, que extingue obrigatoriedade de participação mínima da

Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e de que a estatal seja responsável pela “condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”.

Já o PLS 400/2014 fixa percentual mínimo para o excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha.

Paim propõe impor limite a reajuste de dívidas com União

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com o endividamento do Rio Grande do Sul e defendeu a aprovação de projeto que prevê que as dívidas dos estados e municípios com a União sejam reajustadas somente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

A proposta (PLS 561/2015) proíbe o governo federal de cobrar qualquer outra taxa ou mesmo juros. Segundo Paim, se o projeto virar lei, não ocorrerá mais o que se passa hoje com o Rio Grande do Sul: a dívida do estado era de R\$ 9,7 bilhões, mas, por causa dos juros cobrados pela União, o valor já passou dos R\$ 50 bilhões, embora o governo gaúcho já tenha pago mais de R\$ 21 bilhões.

Para evitar situações como essa, Paim alertou ser necessário mudar a correção das dívidas estaduais e municipais:

— É uma alternativa viável que atenderá não somente o Rio Grande do Sul, mas todos os estados e municípios que, na ampla maioria, estão endividados com a União.



Para Agripino, a crise vem da falta de investimentos

Na avaliação de José Agripino (DEM-RN), a insatisfação do brasileiro com a alta dos preços é crescente e a inflação é resultado dos “erros terríveis” do PT na condução da economia. Para o senador, o povo paga o preço da falta de investimento em infraestrutura.

Agripino disse esperar que a oposição no Congresso possa dar sua contribuição para a superação da crise, mas considera preciso chamar à responsabilidade os culpados pelos problemas econômicos.

— Não vamos dizer que a crise brasileira é importada. Ela é gerada aqui dentro, por um governo que não teve competência para entender o que se passava e tomar as atitudes que cada momento exigia — criticou.

Capiberibe defende projeto sobre auditoria da dívida

Metade do Orçamento da União é destinado ao pagamento da dívida, o que tem deixado a maioria dos estados em situação difícil, segundo João Capiberibe (PSB-AP). O senador defendeu a derrubada, pelo Congresso, do veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto que determina a auditoria da dívida pública.

Ele afirmou que os estados pagam os juros, mas as dívidas continuam crescendo. Capiberibe acrescentou que, por isso, é importante ser feita a auditoria.

— É fundamental a derrubada do veto para que saibamos como chegamos a quase 70% do PIB [produto interno bruto] em dívida pública.

O senador também cobrou a inauguração da ponte sobre o Rio Matapi, em Mazagão (AP).



Vanessa quer diálogo entre governo e oposição

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse esperar que o ambiente político seja influenciado pelo clima que tomou conta das ruas no Carnaval e, assim, prevaleça o entendimento entre governo e oposição.

Segundo a senadora, o grande desafio será estabelecer o diálogo, com o envolvimento de toda a sociedade, para enfrentar problemas como o desemprego.

Vanessa avalia que o ajuste não será fácil, pois economias fortes, como as dos Estados Unidos e da Europa, também passam por dificuldades que podem impactar o Brasil.

Ela avalia que o governo deve reduzir taxas de juros, promover reforma tributária e preservar os direitos dos trabalhadores.

Alvaro pede à Petrobras que não feche usina de xisto

A Usina de Xisto Betuminoso de São Mateus do Sul, no Paraná, pode ter as atividades interrompidas por questões de economia, afirmou Alvaro Dias (PV-PR). Ele pediu à Petrobras que não feche a usina, “que não é deficitária e pode se constituir em importante instrumento de superavit para a empresa”.

O senador disse que o fechamento provocaria desemprego, pois a unidade gera mil empregos diretos e 3 mil indiretos. No plano econômico, a desativação geraria grave perda de receitas, já que os impostos que recolhe representam 48% das receitas municipais.

— O fechamento da usina seria uma tragédia para toda a região sul do Paraná, com reflexos que transcendem as fronteiras estaduais.



Fotos: Waldemir Borretto/Agência Senado

Senado discute situação de águas termais e minerais

Audiência pública interativa será organizada hoje pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração e contará com a participação de representantes da indústria de águas

A ATUAL SITUAÇÃO das águas minerais e termais do Brasil é tema de audiência pública interativa que será realizada hoje pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração.

Foram convidados o presi-

dente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam), Carlos Alberto Lancia; o presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues; o vice-presidente da Associação Goiana das

Indústrias de Água Mineral (Aginam), Celso Cordeiro de Rezende; e o presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat), Fábio Floriano Haesbaert.

Presidida por Wilder Moraes (PP-GO), a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração funciona na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que tem como presidente Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

O debate começa às 14h30, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa. Os interessados em participar poderão enviar perguntas pela internet ou pelo telefone.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Galões de água mineral: empresários do setor participarão de audiência hoje



Pedro Franço/Agência Senado

A Polícia Legislativa do Senado conta com um efetivo de 160 agentes

Comissão faz debate sobre projeto que cria Dia do Policial Legislativo

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai debater amanhã, às 11h, a criação do Dia do Policial Legislativo. O requerimento para a audiência pública é do senador Dário Berger (PMDB-SC).

Foram convidados para o debate o diretor da Secretaria de Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo Carvalho; o diretor do Departamento de Polícia da Câmara dos Depu-

tados, Paulo Marques Pereira da Paixão; o presidente da Associação da Polícia do Congresso Nacional, Supercílio do Rêgo Barros Neto; e o presidente da União Nacional de Polícias Legislativas, Geraldo Magela da Silva Neto.

O Senado tem 160 policiais legislativos na ativa e a Câmara, 288.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Indicado para embaixada em Seul será sabatinado

Nesta quinta-feira, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatinará Luis Fernando de Andrade Serra, indicado ao cargo de embaixador do Brasil na Coreia do Sul.

Em relatório apresentado à comissão, Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou as prioridades que têm norteado as relações comerciais brasileiras com a Coreia do Sul, como a exportação de produtos com maior valor agregado e a abertura do mercado para a carne suína brasileira.

O Brasil negocia o fim da barreira sanitária imposta pelos sul-coreanos em decorrência da febre aftosa,

mais especificamente a abertura das exportações de carne suína proveniente de Santa Catarina, único estado livre da doença.

A busca de novos investimentos em infraestrutura e logística está também entre as prioridades das relações bilaterais, assim como a troca de conhecimentos em ciência e tecnologia e a cooperação acadêmica, especialmente no Programa Ciência sem Fronteiras — 550 bolsas de estudo já foram concedidas a estudantes brasileiros na Coreia do Sul.

O Brasil é o maior parceiro dos sul-coreanos na América Latina. A Coreia do Sul é o terceiro parceiro do Brasil na

Ásia e o sétimo no mundo.

— A cooperação em ciência, tecnologia e inovação é elemento central do relacionamento do Brasil com a Coreia do Sul. Há um grande potencial a ser explorado nas áreas de semicondutores, nanotecnologia, tecnologia da informação e comunicações — frisou o relator.

Serra ocupa desde 2011 o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura. Após a sabatina, a indicação será submetida a votação secreta na CRE e posteriormente no Plenário do Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Texto fixa regra para contrato entre salão e manicure

Os contratos de parceria dos salões de beleza com cabeleireiros, pedicures, manicures, maquiadores, depiladores, esteticistas e barbeiros poderão ser regulamentados. É o que propõe o PLC 133/2015, já aprovado na Câmara dos Deputados. O projeto é um dos dez itens na pauta de amanhã da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta determina que o profissional não terá uma relação de emprego ou de sociedade com o salão enquanto perdurar a relação de parceria.

“Por esse motivo, entendemos que, no caso de danos causados ao consumidor por defeitos relativos à prestação de serviços, deve este poder

exigir a reparação tanto do salão-parceiro quanto do profissional-parceiro”, frisa Marta Suplicy (PMDB-SP) no relatório, em que defende a aprovação da proposta com algumas alterações.

Uma mudança sugerida pela senadora é a supressão de um artigo que possibilitaria a vinculação de assistentes, independentemente de estarem qualificados perante as autoridades como pessoas jurídicas, “o que poderá facilitar a terceirização da mão de obra, algo inadequado e indesejável”, de acordo com ela.

A senadora lembra que no segmento dos salões de beleza, mesmo que muitos profissionais tenham optado por serem microempreende-

dores individuais pelo Simples Nacional, uma grande parte vem preferindo manter-se na informalidade.

“Com a possibilidade da celebração dos contratos de parceria, daremos segurança jurídica a situações já existentes, permitindo a regularização de profissionais que preferiam a informalidade”, defende.

Tal medida ainda redundará numa arrecadação maior aos cofres públicos e na diminuição dos conflitos na Justiça trabalhista, segundo a senadora.

“O trabalhador será incentivado a produzir mais e a ganhar mais, pois receberá de acordo com seu volume de trabalho”, acrescenta Marta.

Brasil pode proibir importação de pele de animais domésticos

A importação de peles de cães, gatos, coelhos e chinchilas poderá ser proibida. É o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 138/2015, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) planeja votar hoje. O texto também veda a importação de casacos e outros produtos derivados das peles desses animais e de peles de animais selvagens sem origem certificada.

Segundo o autor do projeto, deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), são frequentes as denúncias de maus-tratos nos criadouros e na extração das peles, principalmente na China — que responde por 51% do comércio mundial de peles. Segundo o deputado, mais de 2 milhões de cães e gatos são mortos na China a cada ano para a retirada de pele.

O projeto prevê, porém, que ficam fora da proibição as peles de animais destinadas a instituições educativas e cien-

tíficas, mediante autorização.

A proposta conta com o apoio do relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que sugeriu a pena de reclusão de um a três anos mais multa para quem descumprir a norma. Se aprovado, o projeto irá para o Plenário do Senado.

A Voz do Brasil

A comissão também vai analisar dois requerimentos. O primeiro, de Caiado, pede que o ministro da Secretaria da Comunicação Social, Edinho Silva, compareça à CMA para falar sobre conteúdo veiculado pelo governo no programa *A Voz do Brasil* de 4 de dezembro. Na visão do senador, o governo fez propaganda política ao criticar a proposta de impeachment.

Outro requerimento, também de Caiado, pede a convocação do ministro da Saúde, Marcelo Castro, com o objetivo de debater o crescimento de casos de microcefalia relacionados ao vírus zika.



Reprodução

Roupas de pele à venda: para proteger animais, importação pode ser limitada

Texto de Paim e Valadares cria a “tomada de decisão apoiada”, que permite a quem tem deficiência recorrer a pessoas de confiança para decidir sobre atos da vida civil

Projeto visa aperfeiçoar Lei Brasileira de Inclusão

A LEI BRASILEIRA de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI — Lei 13.146/2015) mal entrou em vigor e já está sob a ameaça de ter alguns dos dispositivos invalidados. Quem trouxe esse risco foi o novo Código de Processo Civil (CPC — Lei 13.105/2015), que vai começar a valer em março e deverá revogar todos os itens da LBI incompatíveis com o seu texto. Para afastar tal risco, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Paulo Paim (PT-RS) apresentaram o Projeto de Lei (PLS) 757/2015.

A controvérsia diz respeito à chamada curatela, que é o encargo atribuído pela Justiça a um adulto capaz para proteger os interesses de pessoas judicialmente declaradas incapazes, responsabilizando-se em seu nome pela administração de bens e por outros atos civis (como assinar contratos, movimentar conta bancária etc).

O artigo 85 da LBI restringe a curatela a atos de natureza patrimonial e negocial. O PLS 757/2015 chega para tornar essa limitação “preferencial”. E avança ainda mais ao derubar, em “hipóteses excepcionálíssimas”, a exclusão definida pela Lei 13.146/2015 de que a curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

A abertura dessa excepcionalidade acabou remetendo ao artigo 1.772 do Código Civil



Na justificativa, senadores classificam a nova lei como um avanço, mas identificam problemas que podem prejudicar direitos de algumas pessoas com deficiência

(Lei 10.406/2002), reformulado pelo projeto para permitir ao juiz estender a curatela para atos de natureza não patrimonial — inclusive para efeito de casamento — caso constate a falta de discernimento da pessoa para a prática autônoma desses atos.

Mas a proposta, relatada por Telmário Mota (PDT-RR) na Comissão de Direitos Humanos (CDH), não se resume a isso.

Além de corrigir o impasse legislativo, o PLS 757/2015 se propõe a garantir a qualquer pessoa com limitações na capacidade de expressar interesses, tendo ou não deficiência, o

apoio legal necessário à prática de atos da vida civil. Valadares e Paim entendem que, da forma como foi aprovada, a LBI — também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência — pode trazer prejuízos aos cidadãos com discernimento reduzido ou incapazes de manifestar a própria vontade.

— O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi, sem dúvida, um dos maiores avanços legislativos em matéria de proteção, valorização e inclusão das pessoas com deficiência, mas, provavelmente em razão da vasta dimensão dos seus 127 artigos, acabou por vei-

cular lapsos e inconsistências que deixarão juridicamente desprotegidas pessoas desprovidas do mínimo de lucidez ou de capacidade comunicativa — alertam os dois senadores na justificativa da proposta.

Decisão apoiada

O PLS 757/2015 insere dispositivos no Código de Processo Civil para regulamentar o instrumento da “tomada de decisão apoiada”, incorporado à legislação brasileira pela LBI. A intenção da Lei 13.146/2015 foi permitir à pessoa com deficiência recorrer a ele em caso de necessidade de ajuda para decidir sobre atos da vida

civil. Assim, o interessado poderia escolher ao menos duas pessoas idôneas, com as quais mantivesse vínculos e que gozassem de sua confiança, para auxiliá-lo nesses momentos.

A proposta de Paim e Valadares estabelece que, excepcionalmente, não caberá a tomada de decisão apoiada quando a situação da pessoa exigir adoção de curatela, além de livrar o procedimento da exigência de registro ou averbação em cartório.

Se for aprovado pela CDH, o PLS 757/2015 seguirá para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Taxa sobre serviço de cooperativa pode ser suspensa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar amanhã a suspensão da execução do inciso IV do artigo 22 da Lei 8.212/1991, já declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Esse dispositivo obrigava as empresas tomadoras de serviços prestados por cooperativas a recolher contribuição previdenciária de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços.

Na avaliação do relator, Alva-

ro Dias (PV-PR), era necessário retirar a norma da legislação brasileira. O parlamentar observou ainda que a Constituição já impõe “adequado” tratamento tributário aos atos praticados pelas cooperativas.

“Ao desconsiderar a personalidade jurídica das cooperativas com intuito de onerar os valores pagos aos cooperados, o legislador infraconstitucional violou a Constituição, razão pela qual a norma deve deixar de produzir

efeitos, o que favorecerá todas as cooperativas que prestam serviços às empresas”, afirma no parecer.

Pela Constituição, é competência privativa do Senado suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão do STF. A recomendação da CCJ é que seja elaborado projeto de resolução para cancelar a aplicação desse dispositivo legal julgado inconstitucional pelo Supremo.

Raimundo Lira saúda Campanha da Fraternidade 2016

Raimundo Lira (PMDB-PB) parabenizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade deste ano que, em caráter ecumênico, chama a atenção para os problemas da falta de água e de saneamento básico no país.

Com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”, a CNBB espera que as questões do saneamento, da água e do meio ambiente recebam mais atenção dos governantes.

— O poder de conscientização e de mobilização das igrejas é fundamental para incentivar o uso responsável dos recursos naturais e exercer o controle social sobre a elaboração e a execução dos planos municipais de saneamento básico. Só assim seremos capazes de encontrar saídas para que a água limpa se torne acessível a todos — disse o senador.

Lídice: regime das zonas de exportação precisa mudar

O projeto que altera o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação (ZPEs) foi defendido por Lídice da Mata (PSB-BA). O texto, aprovado em 2013 pelo Senado, está em fase final de votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Segundo a senadora, uma das mudanças previstas no projeto é a diminuição do percentual mínimo de exportação de 80% para 60%, podendo chegar a 50% em alguns casos. Para a senadora, esses incentivos são necessários para que as ZPEs continuem sendo um instrumento de combate às desigualdades regionais.

— O objetivo é reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do país.



Cooperativa de reciclagem de lixo na Paraíba: contribuição de 15% foi declarada inconstitucional pelo Supremo

Comissão retoma debates sobre terceirização

Audiências públicas nos estados devem ocorrer até maio, encerrando jornada iniciada no ano passado para discutir projeto, já aprovado na Câmara, que regulamenta a prática

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) concluirá em maio, mês do trabalhador, a jornada nacional iniciada no ano passado para debater o projeto de lei que regulamenta a terceirização (PLC 30/2015).

Antes, ainda serão realizadas seis audiências públicas estaduais para tratar da proposta legislativa que vem sendo considerada uma ameaça a direitos dos trabalhadores.

A programação foi divulgada ontem pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), em reunião na qual o senador apresentou um balanço das atividades da comissão no ano passado.

As audiências estaduais serão retomadas em Mato Grosso, na quinta-feira. O encontro começa às 14h na Assembleia Legislativa, em Cuiabá.

No dia seguinte, será a vez de Mato Grosso do Sul, também na sede da Assembleia Legislativa, em Campo Grande. Na sequência, a comissão passará por Aracaju, no dia 25; Maceió, no dia 26; Palmas, em 10 de março; e Goiânia, em 11 de março.

Um grande ato de encerramento está programado para ocorrer em 12 de maio, em Brasília, reunindo entidades

sindicais e trabalhadores de todo o país.

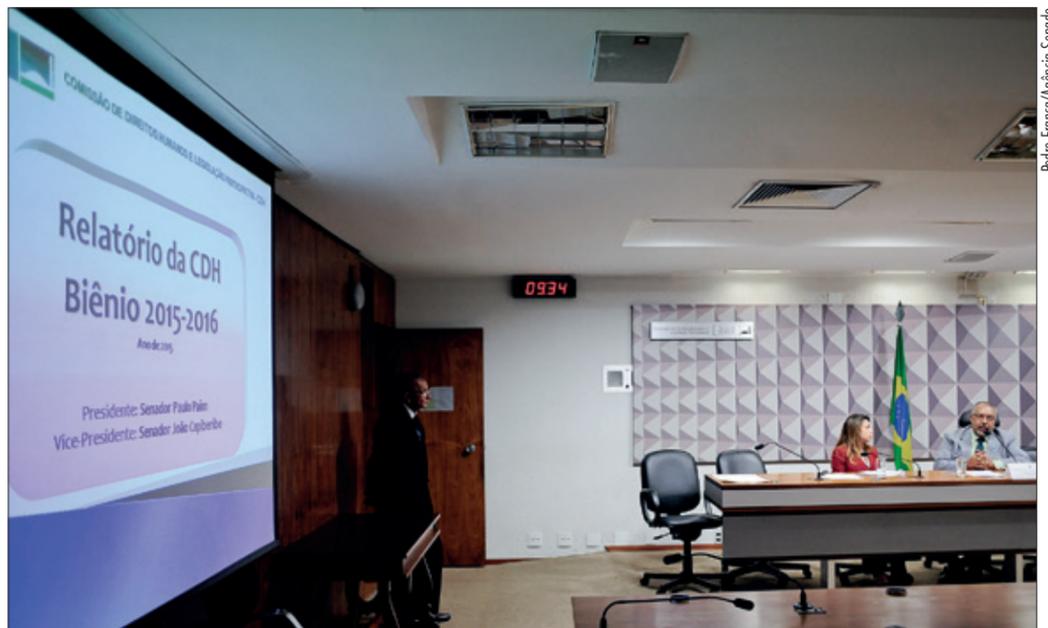
O projeto da terceirização chegou ao Senado em abril do ano passado, depois de ser aprovado pela Câmara dos Deputados. O texto não usa os termos atividade-fim ou atividade-meio, mas permite a terceirização em qualquer setor de uma empresa. Paim comentou que a proposta estava “encalhada” na Câmara e “da noite para o dia” entrou em pauta.

O tema foi logo colocado em discussão em uma audiência na CDH. Em um segundo evento, no Auditório Petrônio Portella, com mais de mil dirigentes sindicais, ficou decidido que a comissão viajaria a todo o país numa jornada de discussões sobre o projeto, em parceria com o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

— A população precisa saber de que trata esse projeto de trabalho terceirizado, ou seja, de trabalho precarizado, que não paga na íntegra os direitos dos trabalhadores — disse Paim.

Atividades

O balanço de atividades apresentado pela CDH mostrou que, em 2015, foram



Paim apresentou balanço indicando que em 2015 a Comissão de Direitos Humanos avaliou 76 propostas e fez 152 reuniões

realizadas 152 reuniões pela comissão e suas três subcomissões. Os números se referem a audiências públicas, reuniões deliberativas e de trabalho e também diligências.

Por conta das audiências, passaram pela CDH mais de 600 palestrantes e cerca de 15 mil ouvintes participantes. Como resultado das reuniões deliberativas, 76 propostas legislativas foram examinadas, entre projetos de lei do Senado e da Câmara, sugestões de projetos originários da sociedade e outros. Além disso, 193 re-

querimentos foram aprovados.

Paim considerou como grande destaque do período a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O texto examinado foi um substitutivo da Câmara ao projeto do próprio senador apresentado em 2003 (PLS 6/2003).

De volta ao Senado, a proposta passou por diferentes comissões, inclusive a CDH, até chegar à votação final em Plenário, em 10 de julho.

O senador destacou ainda sugestão oriunda do Programa

Jovem Senador que estabelece diretrizes para a implementação da educação integral na educação básica. Depois de acolhida pela CDH, a proposta (SUG 21/2014) foi convertida em projeto de lei, podendo assim continuar tramitando na Casa.

— A verdadeira revolução do país passa pela educação, e essa revolução se efetivará no dia em que tivermos em todo o país escolas de tempo integral. Sempre fui apaixonado por essa causa, que vem do ex-governador Leonel Brizola.

Vítima de talidomida pode ter aposentadoria especial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne amanhã, às 9h, para deliberar, entre outros itens, sobre o projeto que concede aposentadoria especial para os portadores da chamada síndrome da talidomida.

Pela proposta (PLS 512/2011— Complementar), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), as vítimas da doença poderão se aposentar com 20 anos de contribuição, independentemente da idade. No caso de servidores públicos, também são exigidos dez anos de exercício efetivo e cinco anos no cargo.

A talidomida é um medicamento de efeitos sedativos

que foi popular nos anos 1950 e 1960 entre mulheres grávidas, que o usavam para evitar náuseas. A circulação foi proibida quando se descobriu a ligação do remédio com problemas de formação fetal em vários bebês.

No Brasil, pessoas com problemas relacionados à substância têm direito a uma pensão mensal desde os anos 1980. A talidomida ainda é usada no tratamento de aids, câncer, leucemia, hanseníase e outras doenças, de forma regulamentada e controlada.

O projeto já tem a aprovação da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Após a análise da CAS, seguirá para

o Plenário do Senado.

Outro item da pauta da CAS é o PLS 172/2012, que determina o registro e o controle de qualidade de insumos farmacêuticos. A prática já é prevista em resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas não está contida em nenhuma lei.

Podem ser votados também o PLS 484/2013, que permite a importação de material biológico humano para fins de ensino e pesquisa; e o PLS 337/2013, que assegura aos trabalhadores o direito de não comparecer ao trabalho para realizar exames médicos. A pauta completa da comissão tem 12 itens.

Projeto permite saque do FGTS para geração de energia elétrica em casa

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode votar amanhã projeto que permite o uso do FGTS para aquisição e instalação de equipamentos de geração elétrica em casas.

O PLS 371/2015, de Ciro Nogueira (PP-PI), prevê o benefício para energia a ser gerada a partir de fontes hidráulica, solar, eólica ou de biomassa. Para sacar o recurso, o interessado precisa comprovar pelo menos três anos com carteira assinada. A casa em que o equipamento será instalado tem que ser do beneficiado.

Segundo Ciro, o objetivo é estimular a eficiência energé-

tica por meio de fontes renováveis. Nos últimos anos, diz o senador, o Brasil vem sofrendo com desequilíbrio entre oferta e demanda de energia, por falta de chuvas e de planejamento, e a solução tem sido acionar usinas termelétricas, mais caras e poluentes. O relator, Wilder Moraes (PP-GO), é favorável à aprovação do texto, que ainda deverá passar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A pauta da CI também inclui, entre outros itens, o PLS 177/2013, que prevê aposentadoria especial para quem trabalha com transporte em motocicletas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Pesquisadores disseram que o ideal seria digitalizar logo o acesso à programação radiofônica, mas essa medida exigiria grandes investimentos por parte das emissoras

Rádios AM começam a virar FM no fim do mês

A PARTIR DE 25 de fevereiro, as primeiras emissoras de rádio em amplitude modulada (AM) devem começar a migrar para a frequência modulada, ou FM. Em debate ontem no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, representantes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre outros, explicaram que o processo de migração das rádios AM para FM ocorrerá em dois lotes e vai precisar de adaptação tecnológica também por parte dos ouvintes dessas emissoras.

A extinção do serviço de radiodifusão local por onda média, ou AM, foi determinada por decreto em 2013. Por isso, as emissoras deveriam optar até o final de novembro pela migração para FM, que tem um custo diferente dependendo de fatores como potência, população, indicadores econômicos e sociais do município. Os valores vão de R\$ 30 mil a R\$ 4,5 milhões. O espectro de onda média regional e nacional continuará existindo.

O secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Roberto Martins, explicou que as emissoras que solicitaram a migração foram divididas em dois grupos. O primeiro contém 954 emissoras, que já foram alocadas na faixa normal de FM e têm até dia 25 de fevereiro para apresentar a



Para Roberto Martins (ao microfone), do Ministério das Comunicações, a migração não impede uma futura digitalização

documentação exigida.

— Pretendemos fazer a análise da documentação até meados deste ano para que as empresas possam assinar os contratos e apresentar os projetos técnicos — disse Martins.

O segundo grupo possui 377 emissoras. Dessas, cerca de 300 podem depender do desligamento da televisão analógica para utilizar os canais 5 e 6 do espectro eletromagnético de radiodifusão. Isso vai gerar a necessidade de que os ouvintes comprem um novo aparelho de rádio.

O representante da Anatel, Rodrigo Loureiro, explicou que a essas emissoras será dado um

prazo de cinco anos durante o qual elas poderão transmitir seu conteúdo tanto na faixa AM quanto na FM. Segundo ele, das 1.781 emissoras locais que atuam na faixa AM, 1.300 pediram a migração para a FM. Ele disse ainda que 730 canais nas ondas FM já apresentam disponibilidade total para a imediata prestação de serviço.

Digitalização

O diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), Luis Roberto Antonik, disse que, embora as ondas AM apresentem grande alcance, possuem frequência muito baixa, o

que as sujeita à interferência causada por equipamentos eletrônicos. Além disso, a antena da rádio AM não consegue alcançar telefones e outros dispositivos móveis. Segundo ele, atualmente 10% da audiência do rádio vem de celulares.

Se a solução parecia ser a digitalização do rádio, na prática os testes mostraram que isso ainda não é possível, devido ao alto custo. Por isso, a solução foi as emissoras AM migrarem para FM.

Antonik afirmou que, segundo uma pesquisa da Abert, das 4,6 mil emissoras comerciais, 4,2 mil

têm página na internet, mas apenas 1,4 mil emissoras possuem aplicativos para dispositivos móveis.

— É muito pouco. A Abert tem por objetivo promover a digitalização e o acompanhamento tecnológico dessas emissoras. Então, desenvolvemos um programa por meio do qual a Abert contrata e paga, para essas emissoras, um aplicativo tanto para Android quanto para iPhone. Com isso, estamos tentando aumentar a taxa de penetração das rádios em aplicativos e, assim, salvar as emissoras AMs — disse.

Pesquisa

A professora da Universidade de Brasília (UnB) Nélia Del Bianco explicou que uma pesquisa feita por essa universidade sobre a migração da AM para a FM mostrou que a experiência do rádio com a transmissão simultânea na FM já acontece na maioria das emissoras. Além disso, algumas delas estão preocupadas em renovar a plasticidade da rádio, trocar alguns locutores para produzir uma sonoridade mais leve e dinâmica.

Também pesquisadora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Nélia esclareceu que essa instituição defende a digitalização da rádio, mas, como isso se mostrou inviável no curto prazo, passou a defender também a migração da AM para FM.

Conselho propõe observatório da violência contra imprensa

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) aprovou ontem parecer no qual condena “todo e qualquer tipo de violência contra os profissionais de comunicação” e propõe a criação do Observatório da Violência contra Comunicadores, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O parecer também recomenda a aprovação de três projetos relativos ao tema e ainda sugere a criação de um protocolo para forças policiais em casos de violência contra comunicadores.

O PLS 743/2011, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o PLS 699/2011, do ex-senador Vital do Rêgo, e o PL 2.658/2011, do deputado Lindomar Garçon (PV-RO), tratam do uso de coletes à prova de balas e demais equipamentos de proteção individual por parte de profissionais de jornalismo que cobrem conflitos.

De acordo com o conselheiro Celso Schröder, autor do parecer, existem atualmente mais de 100 jornalistas presos no mundo. Além disso, em 2013 foram mortos 108 profissionais da comunicação, a maior parte na Ásia e no Oriente Médio. No Brasil, foram assassinados dois jornalistas, dois radialistas e um diretor de jornal.

Segundo o relatório *Violência contra*

Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), houve, em 2015, 49 casos de agressões físicas, 28 casos de ameaças e intimidações, 16 casos de agressões verbais e 2 jornalistas assassinados no país, além de casos de censura, violência contra organização sindical, prisões e cerceamentos à liberdade de expressão.

O CCS também aprovou a criação de duas novas comissões de relatoria dentro do órgão, destinadas a discutir a concentração dos meios de comunicação e os processos de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil.

Os conselheiros definiram ainda a realização, em março, de seminário sobre restrições em publicidade e propaganda.

Conselheiro pede reconhecimento para serviço prestado pela TV Senado ao país

O conselheiro Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, aproveitou a reunião para registrar a comemoração dos 20 anos da TV Senado. Projeto do então presidente do Senado, José Sarney, a implantação da TV foi encabeçada por Mesquita.

O conselheiro sugeriu que o CCS elabore um documento em reconhecimento aos “relevantes serviços que a TV Senado tem prestado à democracia representativa brasileira”, para ser encaminhado aos membros da Mesa e aos diretores da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

— Hoje a TV Senado está em 19 capitais, está no YouTube, está em todas as antenas parabólicas. Portanto, o Brasil sabe o que o Senado faz.



Fernando Cesar Mesquita foi o responsável por implantar a TV Senado há 20 anos

Comissão vota divulgação turística em rádio e TV

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fará amanhã, às 9h, a primeira reunião do ano de 2016. Entre os projetos na pauta de votação, está o PLS 630/2011, que garante horários gratuitos na programação de emissoras de rádio e de televisão para que os estados façam divulgação de seus destinos turísticos.

O projeto separa dias e horários nos quais os estados poderão transmitir propagandas sobre os seus municípios com potencial turístico, definidos conforme mapeamento do Programa de Regionalização do Turismo do governo federal. O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), rejeitou as emendas aprovadas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que limitavam a obrigatoriedade de transmissão às emissoras públicas. Para Pinheiro, essa restrição prejudicava o objetivo da proposta, que é estimular o setor.

A comissão também deverá votar o PLS 210/2010, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos manufaturados nos estados de Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima com matérias-primas regionais.

Audiência entre senadores e especialistas marcada para quinta-feira receberá perguntas por telefone e pela internet sobre as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*

Cidadãos poderão tirar dúvidas sobre a zika em debate no Senado

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará audiência pública na manhã de quinta-feira sobre as iniciativas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, zika e chicungunha. O debate, proposto pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), deverá contar com a participação da Embrapa, da Universidade de Brasília e dos Institutos Agronômicos de Campinas e do Paraná. Qualquer pessoa poderá enviar perguntas aos senadores e pesquisadores que participarão do encontro (veja como no Saiba Mais).

A gravidade e o alto número de casos das doenças transmitidas pelo mosquito motivaram o debate. Duas semanas atrás, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu alerta global declarando como emergência de saúde pública os casos de microcefalia e outras doenças neurológicas causadas pelo vírus Zika.

Microcefalia é uma malformação congênita em que o cérebro do bebê não se desenvolve de maneira adequada. A OMS apontou a possível relação entre o Zika e os casos de microcefalia. Entretanto, segundo o Ministério da Saúde, as investigações sobre o vírus continuam para esclarecer questões como a transmissão, a atuação no organismo humano, a infecção do feto e o período de maior vulnerabilidade para a gestante.

De 22 de outubro a 6 de fevereiro, foram notificados 5.079 casos suspeitos de microcefalia no país. Destes, 462 tiveram confirmação de microcefalia ou outras alterações do sistema nervoso central, sendo que 41 com possível relação ao vírus Zika. Outros 765 foram descartados e 3.852 continuam sob investigação.

O principal modo de transmissão do vírus é a picada do *Aedes aegypti*. Outras formas de contágio estão sendo apuradas. O Serviço de Saúde do Condado de Dallas, nos Estados Unidos, divulgou que a região teve um caso de transmissão sexual do Zika. Um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, constatou a presença do vírus em amostras de saliva e urina. De todo modo, de acordo com as autoridades sanitárias, o combate aos criadouros do mosquito é a forma mais importante e eficaz de combater o problema.

O Senado, por exemplo, entrou nessa batalha. Como resultado, não foram encontrados indícios de criadouros nas dependências da Casa em verificação feita há duas semanas por agentes da Vigilância Ambiental em Saúde do Distrito Federal. Nesta edição, o *Especial Cidadania* apresenta medidas simples que podem ser adotadas para proteger as residências.



Os males causados pelo mosquito

Saiba como identificar as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, que têm sinais em comum e algumas diferenças

SINTOMAS	DENGUE	CHICUNGUNHA	ZIKA
FEBRE	Alta (39 °C a 40 °C), que começa subitamente	Alta (39 °C a 40 °C), que começa subitamente	Leve ou até mesmo ausente
DORES	Nos músculos, nas articulações, na cabeça e atrás dos olhos	Inchaço nas articulações e dores intensas, que dificultam atividades rotineiras (como cozinhar, tomar banho, escovar os dentes etc.)	Dores menos intensas nas articulações, em geral nas extremidades, às vezes acompanhadas de inchaço. Olhos vermelhos e aversão à luz
MANCHAS VERMELHAS	Sim, às vezes com coceira	Sim, com coceira intensa	Sim, com coceira intensa
ATENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Náuseas, vômitos e diarreia Dor abdominal intensa Vômitos persistentes Acúmulos de líquidos Tonturas Aumento do fígado Sangramento de mucosa Letargia e (ou) irritação Aumento de hematócritos, o que pode estar associado à redução de plaquetas 	<ul style="list-style-type: none"> Idade acima de 45 anos Lesões prévias nas articulações Doenças crônicas (ex.: hipertensão, diabetes) ou autoimunes (ex.: lúpus) 	<ul style="list-style-type: none"> Dormência nas extremidades Dificuldade para caminhar Alterações neurológicas Paralisia facial

Senadores pedem união de todos para enfrentar o problema



“Nós estamos caracterizando essa questão hoje como uma doença ambiental. Não dá mais para separar o mundo rural e as cidades nessa epidemia”

—Wellington Fagundes (PR-MT)



“Primeiro, tem que haver uma grande união nacional. É uma situação muito grave. Mas o Brasil está numa briga política que não para. Pelo amor de Deus, paremos com nossas brigas e façamos pelo menos um esforço de união nacional em cima desse tema”

—Lindbergh Farias (PT-RJ)



“Um tema que é convergente é o combate ao *Aedes aegypti*, que aglutina todos os segmentos da sociedade. Então, quando a presidente da República vai se pronunciar sobre o assunto, ela recebe um panelaço. Fica claro que, nem nos pontos de convergência, a presidente tem interlocução com a sociedade brasileira.”

—Ronaldo Caiado (DEM-GO)



“É uma questão não apenas de governo, mas da sociedade toda. A gente vê com tristeza alguém tomando um refrigerante ou uma água mineral, abre o vidro do carro e joga a embalagem vazia na rua. Isso é risco de acidente, mas agora risco também de aquele líquido estar ajudando a propagar o mosquito.”

—Ana Amélia (PP-RS)



“A população tem sido alertada como nunca antes. Isso é um despertar da população, essa necessidade de todos vigiarem. Eu acho que essa mobilização está sendo feita agora cada vez mais. Aí é também o papel do Congresso Nacional, o de tentar contribuir para esse despertar.”

—Lasier Martins (PDT-RS)

Lição de casa contra os criadouros

Medidas de combate à reprodução do mosquito transmissor continuam sendo a forma mais eficaz para barrar a propagação das doenças



Mantenha a caixa-d'água bem fechada. Coloque também uma tela no ladrão.



Remova folhas, galhos e tudo que possa impedir a água de correr pelas calhas. E não deixe água acumulada sobre a laje.



Encha os pratinhos de vasos de plantas com areia até a borda. Outra opção é lavá-los uma vez por semana.



Coloque o lixo em sacos plásticos e mantenha a lixeira bem fechada. Deixe os sacos fora do alcance de animais.



Mantenha as garrafas com a boca virada para baixo.



Pneus devem ser acondicionados em locais cobertos para evitar o acúmulo de água.



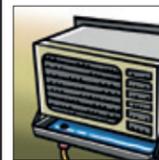
Faça sempre a manutenção de piscinas ou fontes utilizando os produtos químicos apropriados.



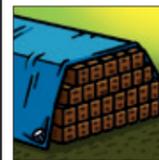
Ralos que não forem de abrir e fechar, devem ter uma tela fina para impedir o acesso do mosquito à água.



Os vasos sanitários fora de uso ou de uso eventual devem ser tampados e verificados semanalmente.



Limpe sempre a bandeja e o filtro do ar-condicionado para evitar o acúmulo de água.



Lonas usadas para cobrir objetos ou entulhos devem ser bem esticadas para evitar poças-d'água.

Saiba mais

Como participar da audiência
Alô Senado: 0800 612211
www.senado.gov.br/ecidadania

Vídeo da Agência Senado sobre o vírus Zika
<http://bit.ly/videozika>

Dicas do Ministério da Saúde
<http://combateades.saude.gov.br>

Página da Fundação Oswaldo Cruz
http://bit.ly/perguntas_zika

Mais informações
Disque Saúde: 136

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania